


Quem Somos



Inicial > Dia a Dia

 26 °C Manaus

Repavimentação da BR-319 pode quadruplicar desmatamento em 30 anos, dizem pesquisadores

7 de novembro de 2020 no Dia a Dia

 1 Compartilhar Tweet Enviar

Governo Federal divulgou edital para asfaltar 52 quilômetros da BR-319 (Foto: Dnit/Divulgação)

Por Felipe Campinas, da Redação

MANAUS – Nota técnica da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais) divulgada na quinta-feira, 5, estima que a repavimentação da rodovia BR-319, que liga Manaus a Porto Velho (RO), pode gerar até o ano de 2050 desmatamento quatro vezes maior do que o projetado com a média histórica no Amazonas. O estudo cita “prejuízo de mais de 350 milhões de dólares anuais” no agronegócio.

Assinado pelos pesquisadores Britaldo Soares Filho e Juliana Leroy Davis, do Centro de Sensoriamento Remoto, e Raoni Rajão, da Laboratório de Gestão de Serviços Ambientais, o documento considera dois cenários para a região até o final dos próximos 30 anos. A estimativa do impacto da pavimentação da rodovia foi feita através do modelo SimAmazônia.

	Frete Grátis			
	R\$ 189,90	R\$ 71,91	R\$ 119,90	R\$ 8

De acordo com a nota, o primeiro cenário não inclui a pavimentação da estrada e assim mantém a média dos últimos cinco anos do desmatamento no Amazonas : 1.150 km². No caso do segundo cenário, que inclui a pavimentação da rodovia, fluxos migratórios, expansão agrícola e ocupação de terras, as taxas de desmatamento atingem 9,4 mil km².

Os pesquisadores calcularam as emissões de gases de efeito estufa (CO₂) e a perda de serviços ambientais para avaliar as consequências ambientais e econômicas do desmatamento. “Com o asfaltamento, o desmatamento acumulado alcançaria 170 mil km², quatro vezes maior do que o projetado com a média histórica”, diz trecho da nota.

Ainda de acordo com o estudo, com o desmatamento, as emissões acumuladas de CO₂ também mais que quadruplicariam, alcançando 8 bilhões de toneladas, o equivalente à emissão de 22 anos de desmatamento na [Amazônia](#) com base na taxa de 2019. “Isso mais que inviabilizaria o alcance das metas assumidas pelo Brasil no Acordo de Paris”, afirmam os pesquisadores.

	Frete Grátis	Frete Grátis	Frete Grátis	Frete Grátis
	R\$ 199,41	R\$ 399,90	R\$ 251,80	R\$ 2

A perda de vegetação nativa afetaria diversos serviços ambientais, principalmente a regulação de chuvas que cai sobre regiões estratégicas para o agronegócio brasileiro. “Estima-se que a conseqüente redução de chuvas acarretará num prejuízo de mais de 350 milhões de dólares anuais apenas nas receitas de geração de energia hidrelétrica, cultivo de soja e pecuária”, diz a nota.

Alternativas

O documento cita que o Rio Madeira “é a principal via de transporte para o escoamento da produção agropecuária e Manaus já se encontra bem servida por transporte fluvial”. Para os pesquisadores, o projeto é inviável economicamente por “somente um terço do investimento retornar como benefício” e por gerar perdas econômicas pelo desmatamento.

Soares Filho, Davis e Rajão defendem que as populações indígenas da região que tem cerca de 18 mil pessoas deveriam ser consultadas sobre a pavimentação da rodovia. “40 unidades de conservação, 6 milhões de hectares de terras públicas e 50 terras indígenas estariam ameaçadas pelo empreendimento que abrirá as veias dessa maciça porção de floresta a grileiros”, diz a nota.

Para os pesquisadores, se a sustentabilidade econômica e socioambiental do asfaltamento da BR-319 é bastante questionável, “sua prioridade diante do estado

calamitoso da infraestrutura viária nas regiões produtivas do país é definitivamente inconcebível como estratégia de desenvolvimento nacional”. Segundo eles, o Governo Federal precisa reavaliar a proposta de pavimentar a rodovia.

“Com a **atual** crise econômica, pandemia de Covid-19 e ausência de governança ambiental, devemos nos perguntar se é de fato de interesse do povo brasileiro um investimento tão custoso, sem potencial retorno socioeconômico e com enorme impacto socioambiental”, diz outro trecho da nota técnica.

Pavimentação

Em setembro deste ano, o Governo Federal divulgou edital para contratação de empresa para elaborar o projeto básico e executivo de engenharia e realizar as obras de pavimentação e de reconstrução de 52 quilômetros na BR-319/AM, que compreende o lote C (ou lote Charlie), localizado entre os quilômetros 198 e 250. **Sete empresas apresentaram propostas.**

O edital foi publicado após **decisão da Justiça Federal do Amazonas que negou pedido do MPF (Ministério Público Federal) para suspender o edital** lançado pelo Governo Federal para pavimentação do Trecho C da rodovia. O **MPF alegou que a licitação era uma ‘afrenta’ à Justiça**, pois já havia decisão obrigando a realização de estudos ambientais prévios.

A rodovia é uma importante via de ligação entre os estados do Amazonas e de Rondônia. Conforme o Governo Federal, as obras de pavimentação do trecho C aproveitarão o traçado já existente da rodovia, mantendo a largura da plataforma, com duas faixas de rolamento e dois acostamentos. Para facilitar a parada em segurança dos veículos, serão implantados recuos.

O segmento também contará com passagens de fauna aéreas e subterrâneas, com cercas direcionadoras para garantir a preservação dos animais que cruzam a estrada e, ainda, serão recuperadas áreas degradadas nas adjacências da rodovia. Serão mais de

mil mudas nativas plantadas. Foram previstos, ainda, sistemas de drenagem para preservar a integridade da pista.

Para o Governo Federal, a BR-319/AM é fundamental para o transporte de pessoas e a integração social dos estados do Amazonas e Rondônia e a reconstrução dos 52 quilômetros deverá garantir maior segurança e redução no tempo de viagem. Hoje, as alternativas à rodovia são o transporte por barco ou avião.

Leia a [íntegra da nota técnica](#).

Assuntos: BR-319 manchete pavimentação prejuízo UFMG

 Compartilhar

 Tweet

 Enviar



VejaNotícias